



PRITZKER PRIZE 2010
SANAA, KAZUYO SEJIMA E RYUE NISHIZAWA
NEW MUSEUM OF CONTEMPORARY ART, NOVA IORQUE, 2007

PARECERES JURÍDICOS E CONSULTAS DE APOIO JURÍDICO

IMPLEMENTAÇÃO DO PAGAMENTO DE UM CUSTO

No âmbito da aprovação do Plano de Actividades de 2010, pela Assembleia Regional do Norte, no dia 4 de Fevereiro de 2010, o Conselho Directivo da OA-SRN informa que, a partir de 2 de Maio de 2010, a

emissão de parecer jurídico será alvo de pagamento de um custo administrativo e a marcação de consulta de apoio jurídico será alvo de participação por parte dos membros.

PARECER JURÍDICO

Caso o apoio técnico-jurídico prestado pelo serviço de Apoio à Prática Profissional seja efectuado por escrito, através da emissão de parecer jurídico, o membro da Ordem que o solicitar deverá efectuar um pagamento de €40. Este valor será fixo e o seu pagamento será efectuado com o envio ou levantamento do documento solicitado. Uma vez que o apoio técnico-jurídico

prestado pelo serviço de Apoio à Prática Profissional pode ser feito por escrito, telefone ou e-mail, caberá sempre à Ordem ponderar a forma da resposta a dar. A emissão do parecer ficará sempre sujeita à prévia apreciação do respectivo assunto pelo responsável do Pelouro. O apoio técnico-jurídico prestado pela OA-SRN destina-se apenas aos membros efectivos da OA-SRN.

CONSULTAS DE APOIO JURÍDICO

Será atribuída a cada membro uma consulta anual gratuita. A segunda consulta e seguintes, durante o ano, serão alvo de participação por parte do membro, no montante de €15 por consulta. Para os membros inscritos na Ordem há menos de dois anos, as consultas serão gratuitas, com um limite de duas por ano. Caso pretendam mais consultas, para além das estipuladas, terão que liquidar o valor correspondente.

Dentro deste âmbito, serão colocadas em prática algumas regras na marcação das consultas de apoio jurídico, nomeadamente:

- Não serão agendadas consultas aos membros da OA-SRN que não tenham a sua inscrição válida ou que tenham quotas associativas em atraso.
- As consultas são agendadas previamente, junto da secretaria da OA-SRN, devendo as funcionárias responsáveis verificar todos os procedimentos necessários ao respectivo agendamento, nomeadamente verificar se o membro que solicita o serviço tem as suas quotas associativas em dia.
- Com a marcação o membro deverá liquidar o valor correspondente à consulta para que esta seja agendada. A secretaria deverá verificar se o pagamento foi efectuado antes de agendar a consulta.
- Os membros, que após agendamento da consulta faltarem sem justificação, perdem o direito à consulta gratuita ou o valor já liquidado de €15, se for o caso, atendendo a que a vaga que ocuparam não pôde ser preenchida por outro colega.
- O serviço de consultas não pressupõe o patrocínio, acompanhamento de qualquer caso ou litígio, judicial ou extra-judicial, por parte da OA-SRN, ou dos advogados que prestam o serviço, contratados para o efeito pela OA-SRN.
- As consultas abrangem a abordagem de temas relacionados com a prática profissional do arquitecto enquanto tal, não incluindo situações de âmbito pessoal ou particular do arquitecto ou dos seus clientes, que não se enquadrem neste âmbito.
- As consultas são prestadas pelos advogados directamente aos arquitectos e não aos seus clientes, advogados, colegas de trabalho (não arquitectos) ou familiares.

A consulta é prestada ao arquitecto, não devendo este fazer-se acompanhar pelos seus clientes ou qualquer outra pessoa, que não arquitecto. Caso se entenda que a presença de terceiros poderá ser importante ou essencial para o esclarecimento das questões a apresentar, o arquitecto deverá informar a secretaria, no momento do agendamento da consulta, justificando a situação. A secretaria deverá verificar junto do Pelouro de Apoio à Prática Profissional se os motivos apresentados justificam a presença de terceiros na consulta pretendida.

- A consulta abrange a análise da questão que seja apresentada assim como de documentos que com esta estejam relacionados. O advogado, com independência e autonomia técnica, tentará esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pelo arquitecto.
- A consulta não abrange a emissão de documentos ou de pareceres escritos por parte dos advogados.
- Os advogados são ética e profissionalmente responsáveis pelas respostas ou informações que prestarem aos membros da OA-SRN, no âmbito do serviço que prestam, não sendo a OA-SRN responsável por qualquer informação ou posição assumida por estes.
- Caso a questão que o arquitecto apresente ao advogado diga respeito a um litígio ou qualquer outra questão que envolva outro(s) colega(s) arquitectos o advogado deverá verificar se poderá responder à questão sem que tal levante qualquer situação incompatível com o serviço que se encontra a prestar, sem prejuízo de poder informar o arquitecto dos seus direitos e deveres sem abordar a situação específica que lhe é colocada. Caso a questão apresentada não possa ser esclarecida pelo advogado, por considerar que se trata de uma situação que poderá levantar alguma incompatibilidade, deve este comunicar à OA-SRN para que esta devolva o valor da participação ao arquitecto, caso este o tenha previamente liquidado.

Mais informações em www.oasrn.org > membros ou www.oasrn.org > apoio à prática

EM TRÂNSITO #030

CONFERÊNCIA POR JOÃO LUÍS CARRILHO DA GRAÇA DUAS SESSÕES TÉCNICAS FASSA BORTOLO

Programa organizado pela OA-SRN no âmbito do projecto de dinamização da construção da sua Nova Sede – Norte 41°, em parceria com os arquitectos Fátima Fernandes e Michele Cannatà e com o patrocínio da Fassa Bortolo.

26 ABR Sala 2, Casa da Música, 22h

Conferência OBRAS E PROJECTOS RECENTES - SIMPLIFICAR A COMPLEXIDADE, por João Luís Carrilho da Graça com apresentação de Michele Cannatà

“Nas obras de Carrilho da Graça, pelo menos na grande maioria, há sempre uma ideia de recinto ou de construção do limite do lote ou de um pátio. Esta atitude parece resultar de uma necessidade racional de controlar um espaço que, com aparente simplicidade, vai delimitando através de grandes planos. Outras vezes pode-se dizer que cria quase uma espécie de plano horizontal de referência, que vai relacionando a sua criação e o mundo. Uma espécie de planimetria urbana tal e qual um jogo de massas e vazios. Carrilho da Graça inicia a sua actividade nos anos 70 no escritório de Artur Pires

Martins, arquitecto com escritório em Lisboa mas com formação portuense e autor de algumas das mais qualificadas obras de Arquitectura Moderna Portuguesa. Hoje com os arquitectos que trabalham ou já trabalharam com ele estabelece uma relação de mestre/discípulo à qual dá continuidade na sua actividade didáctica e através das exposições e das conferências que profere em Portugal e no estrangeiro. Os inúmeros reconhecimentos a nível nacional e internacional demonstram a inequívoca qualidade da sua produção arquitectónica que enriquece o património disciplinar e nos propõe novos possíveis percursos onde a síntese formal representa uma possível resposta às exigências cada vez mais complexas da sociedade contemporânea.”

MICHELE CANNATÀ E FÁTIMA FERNANDES

27 ABR Sala de Ensaio 1, Casa da Música, 18h30-20h30

Sessão técnica Fassa Bortolo 1 INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO PATRIMÓNIO EDIFICADO

de inscrição na OA, respeitantes ao 2º semestre de 2010. Todos os Membros que preferirem receber Declaração por carta registada com aviso de recepção ou presencialmente na secretaria da OA-SRN, têm que informar a OA-SRN de tal facto, por fax 222 074 259 ou e-mail secretaria@oasrn.org até ao dia 28 de Maio de 2010, de modo a que possa ser entregue do modo solicitado (quando por carta registada, será enviada à cobrança no destinatário). As reclamações de extravio, pelas quais a OA-SRN não se pode responsabilizar, deverão ser apresentadas, por fax, correio ou presencialmente na secretaria, até ao dia 19 de Julho de 2010. Até esta data, a emissão e envio da 2ª via do documento, decorrente de reclamação de extravio, não terá custos adicionais. Após esta data, a emissão de uma 2ª via do documento é paga (€10).

28 DE MAIO DE 2010 data limite actualização de dados

28 DE MAIO DE 2010 data limite aviso de informação dos membros que preferem receber Declaração por carta registada com aviso de recepção ou presencialmente

14 E 18 DE JUNHO DE 2010 envio, via CTT, das declarações semestrais

19 DE JULHO DE 2010 data limite de reclamações de extravio
Mais informações em www.oasrn.org > membros

28 ABR Sala de Ensaio 1, Casa da Música, 18h30-20h30

Sessão técnica Fassa Bortolo 2 SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO
Informações em www.oasrn.org > formação
Organização: OA-SRN e Fátima Fernandes & Michele Cannatà (CGF)
Patrocínio do Evento: Fassa Bortolo
Patrocínio: AXA Seguros
Parceria: Casa da Música



NOVOS ESCLARECIMENTOS ONLINE

APOIO À PRÁTICA

A OA-SRN disponibilizou na página 'Apoio à Prática' dois novos esclarecimentos:

- Em termos gerais, que medidas são necessárias para o início da prática da arquitectura, enquanto actividade profissional?
 - Que requisitos deverão ser cumpridos pelas empresas que prestam serviços de arquitectura ou por arquitectos com escritório fixo, no exercício da actividade profissional?
- A OA-SRN adverte que as informações prestadas são de âmbito geral, devendo ser, consoante o caso, consultadas as entidades mencionadas ou, em caso de dúvida, recorrer aos serviços de profissionais habilitados a prestar as informações adicionais entendidas como necessárias à concretização dos objectivos dos interessados.
Mais informações em www.oasrn.org > membros ou www.oasrn.org > apoio à prática

SUBSCREVA O CORREIO ELECTRÓNICO SEMANAL NA PÁGINA MENSAGEIRO
WWW.OASRN.ORG > MENSAGEIRO

PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR A ENCOMENDA DE ARQUITECTURA

CRONOLOGIA SUMARIADA POR FORMA A ESCLARECER A POSIÇÃO E ACTUAÇÃO DA ORDEM, NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

Na data em que os órgãos sociais nacionais eleitos para o mandato 2008-2010 tomaram posse (17 Março 2008) tinha decorrido pouco mais de um ano sobre a criação da Parque Escolar EPE (PE), pessoa colectiva de direito público de natureza empresarial, sob tutela do Ministério das Finanças e do Ministério da Educação (21 Fevereiro 2007). Dos anteriores órgãos nacionais da OA, que concluiu o seu mandato, não há registo de qualquer tomada de posição interna ou pública sobre o processo e critérios da Encomenda de Arquitectura da Parque Escolar EPE.

O Conselho Directivo Nacional (CDN) estabeleceu como prioridade central a revogação do Decreto n.º 73/73 que, sob a forma da Proposta de Lei 116/X, é muito lesiva para os actos próprios da profissão de arquitecto e dá início a delicado processo negocial (apenas totalmente concluído a 30 Outubro 2009, com a publicação da Portaria n.º 1379/2009).

2008 14 MAI Reunião com Ministra da Educação, Dr.ª Maria de Lurdes Rodrigues, na presença de representantes da PE. OA propõe implementação urgente de Concursos Públicos de Concepção. A Ministra concorda, em princípio, com a possibilidade de realizar um número de Concursos Públicos de Arquitectura, a determinar, na Fase 3 do Programa.

27 JUN Na apresentação da Fase 2 do Programa (Centro de Congressos de Lisboa), o Presidente afirma publicamente: «(...) a Ordem dos Arquitectos sempre considerou que a encomenda pública de arquitectura deverá genericamente resultar de concurso público de concepção, enquanto possibilidade de idêntico direito a todos os arquitectos e enquanto instrumento de selecção do melhor projecto entre melhores, na certeza de ser esta também uma exigência de defesa do interesse público (...)».

15 JUL Carta para a Parque Escolar EPE, onde se lê: «(...) a Ordem dos Arquitectos considera indispensável a abertura da encomenda ao concursamento público no âmbito da terceira fase do mesmo Programa (...)» e à qual é anexa Minuta de Protocolo Genérico de Colaboração a celebrar entre a Parque Escolar EPE e a OA, que dispõe: «(...) Os programas, projectos e acções de colaboração a desenvolver, designadamente no âmbito (...) de Concursos Públicos de Concepção sem prévia qualificação, serão objecto de adenda ao presente protocolo (...)».

10 OUT Na Celebração do Dia Mundial da Arquitectura (Sede Nacional da OA), o Presidente reafirma, na presença da Ministra da Educação: «(...) Numa altura em que está em curso um amplo e inêdito processo de remodelação das instalações das escolas do ensino secundário, através da Parque Escolar, e que envolve já centenas de arquitectos, a Ordem mantém-se disponível para a mais ampla colaboração e participação, em moldes a equacionar. (...) Consideramos desejável um conjunto específico de concursos públicos, que decerto enriquecerão este importante processo e que permitirão a abertura da encomenda àqueles que lhe têm menos condições de acesso, nomeadamente os arquitectos mais jovens (...)».

2009 9 MAR Reunião com Ministra da Educação, na presença de representantes da PE. OA manifesta insatisfação por não haver resposta à proposta enviada a 15 de Julho 2008.

7 ABR Carta para a Ministra da Educação, que afirma: «(...) a Encomenda Pública de Arquitectura deverá genericamente resultar de Concurso Público de Concepção (...)» e onde, uma vez mais, se propõe a realização de «(...) um conjunto de Concursos Públicos de Concepção sem prévia qualificação no contexto do mesmo Programa, em número e moldes a acordar, com o envolvimento dos Serviços de Concursos da Ordem dos Arquitectos, nos

ABRIL/MAIO 2010

âmbitos das Secções Regionais da OA (...)».

8 ABR Reunião com Ministra da Educação, na presença de representantes da PE. OA apresenta proposta de colaboração insistindo na necessidade de implementar Concursos Públicos de Concepção de Arquitectura ainda na Fase 3 do Programa. A Ministra da Educação reafirma a disponibilidade para os realizar, num quadro de colaboração entre a OA e a PE.

23 ABR Carta à PE, com conhecimento à Ministra da Educação (4 Maio), em que se «(...) considera indispensável a abertura da Encomenda ao concursamento público no âmbito da terceira fase do Programa, através de um conjunto de Concursos Públicos de Concepção sem prévia qualificação em moldes a acordar (...)», no âmbito de protocolo a celebrar.

6 MAI Resposta da PE com proposta de realização de reunião que, por alegados motivos de agenda, não tem lugar. Fase 3 do Programa em curso.

13 MAI No âmbito das Eleições Europeias, a OA apresenta a partidos, coligações e movimentos políticos o Manifesto “Arquitectura na Europa: 10 Recomendações para melhor Ambiente Construído”. A Recomendação 4 propõe que: «(...) a encomenda de arquitectura, em particular aquela que beneficia de financiamento público, implique procedimentos que garantam a selecção de projectos de arquitectura segundo critérios assentes na qualidade arquitectónica e na sustentabilidade do ciclo de vida do edificável. Por outro lado, adoptar medidas que permitam a concorrência aberta e equitativa nos mercados de serviços de arquitectura, incluindo a revisão das Directivas Europeias aplicáveis, assegurando condições para a inovação e para a emergência de jovens talentos».

3 JUL Publicação, em Diário da República, da Lei n.º 31/2009 (revogação do Decreto n.º 73/73).

4 AGO No âmbito das Eleições Legislativas, a OA apresenta a partidos, coligações e movimentos políticos o Manifesto “Arquitectura em Portugal, Qualidade e Sustentabilidade do Ambiente Construído”. A Proposta 3 define Critérios para a Encomenda Pública de Arquitectura em Portugal. **20 AGO** Comunicado da OA sobre notícia do jornal *Público*, confirmando não ter havido resposta, por parte da PE, à sua proposta de implementação de «um conjunto significativo de concursos de arquitectura sem prévia qualificação. (...) A Ordem dos Arquitectos sempre defendeu que a encomenda de arquitectura com financiamento público deveria implicar concursos públicos de arquitectura, enquanto possibilidade de selecção do melhor projecto entre melhores, de abertura à criatividade e inovação arquitectónicas e de salvaguarda de idêntico direito de acesso de remodelação das instalações das escolas do ensino secundário, através da Parque Escolar, e que envolve já centenas de arquitectos, a Ordem mantém-se disponível para a mais ampla colaboração e participação, em moldes a equacionar. (...) Consideramos desejável um conjunto específico de concursos públicos, que decerto enriquecerão este importante processo e que permitirão a abertura da encomenda àqueles que lhe têm menos condições de acesso, nomeadamente os arquitectos mais jovens (...)».

26 OUT Tomada de Posse do XVIII Governo Constitucional, em resultado das eleições legislativas de 27 Setembro. OA solicita reunião à Ministra da Educação, Dr.ª Isabel Alçada, cuja proposta de agenda integra a Encomenda de Arquitectura da PE.

30 OUT Publicação da Portaria n.º 1379/2009, no âmbito da Lei n.º 31/2009.

12 DEZ Realização do 12.º Congresso dos Arquitectos. A Moção de Orientação Global, aprovada por unanimidade, exige do Estado, no capítulo “Arquitectura e Exercício Profissional”: «Estabelecer – tanto ao nível central, quanto aos níveis regional e local – critérios objectivos, mesuráveis e exemplares para a encomenda pública de arquitectura, salvaguardando a especificidade da prestação dos serviços de arquitectura, privilegiando a qualidade da concepção

em arquitectura e considerando a durabilidade, sustentabilidade e eficiência energética da construção, a previsão do custo em função do tempo total de vida do edificável, e o impacto na melhoria do Ambiente Construído e na Qualidade de Vida.»;

«Privilegiar – tanto ao nível central, quanto aos níveis regional e local – o concursamento público de concepção na encomenda de arquitectura com financiamento público, estabelecendo percentagens objectivas para concursos sem prévia qualificação e com prévia qualificação, por forma a garantir a possibilidade da escolha do “melhor entre melhores” e a Qualidade da Arquitectura, reservando outras formas de encomenda para situações pontuais, excepcionais e justificadas».

As Conclusões do 12.º Congresso, aprovadas por maioria, sublinham:

«A encomenda pública de arquitectura, realizada através de concurso público, é central para o Direito à Arquitectura» e «O Concurso Público é a forma de encomenda pública que melhor serve e defende o promotor e o consumidor, assegurando a qualidade da Arquitectura».

2010 11 FEV Reunião convocada pela PE, que apresenta a intenção de proceder à Encomenda de Arquitectura por Concurso Público para cerca de 150 escolas das últimas fases do Programa. Proposta de constituição de um Grupo de Trabalho (GT) para o efeito entre a PE e a OA.

12 FEV Carta da PE formalizando a proposta de constituição de GT conjunto para definição dos modelos de encomenda e contratação a adoptar para as próximas fases do Programa.

15 FEV Publicação de artigo do Presidente da OA – com cortes – no jornal *Público*, onde manifesta com clareza: «(...) A OA considera esta situação insustentável, tanto mais que, passados três anos sobre a constituição da Parque Escolar EPE, estão manifestamente ultrapassados os pressupostos invocados para o actual regime de excepção da sua encomenda. Pelas razões apontadas, a OA reclama da Parque Escolar EPE a abertura de concursos públicos de concepção em arquitectura para as mais de 100 escolas das próximas fases do Programa de Modernização do Parque Escolar do Ensino Secundário, com critérios e condições que garantam a mais ampla participação possível dos profissionais representados pela Ordem dos Arquitectos (...)».

17 FEV Esclarecimento público da OA, divulgando, na íntegra, o texto enviado para publicação ao jornal *Público*.

19 FEV Comissão Executiva delibera integrar GT com a PE para definição dos modelos de encomenda e contratação a adoptar para as próximas fases do Programa.

10 MAR Reunião com Ministra da Educação, solicitada a 26 Outubro 2009, com a presença de representantes da PE. OA insiste que a Encomenda de Arquitectura, nas próximas fases do Programa, resulte de Concursos Públicos, preferencialmente de Concepção, conforme o disposto no Código dos Contratos Públicos.

11 MAR Reunião do Conselho Nacional de Delegados e constituição de Grupo de Trabalho com o objectivo inicial de proceder a levantamento de toda a informação disponível a este respeito no quadro de actuação da Associação dos Arquitectos Portugueses e da OA. **12 MAR** CDN ratifica decisão da Comissão Executiva de 19 Fevereiro e define representação no GT: Presidente, responsáveis dos Serviços de Concursos das Secções Regionais e assessoria jurídica nacional.

16 MAR Carta à PE informando composição da delegação da OA no GT. **25 MAR** Carta da PE que dá conta da sua delegação no GT.

30 MAR Carta à PE informando da disponibilidade para dar início aos trabalhos do GT.

VERSÃO INTEGRAL EM WWW.ARQUITECTOS.PT

2010 31 MAR DEPOIMENTO DO PRESIDENTE DA OA NO QUADRO DA AUDIÇÃO SOBRE OS PROCEDIMENTOS E ACTUAÇÃO DA PARQUE ESCOLAR EPE JUNTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Em nome de todos quantos exercem a profissão de arquitecto em Portugal, permitam-me agradecer o convite endereçado à Ordem dos Arquitectos para estar presente na Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República, no quadro da audição parlamentar sobre os procedimentos e actuação da Parque Escolar EPE, pessoa colectiva de direito público de natureza empresarial, tutelada por S.ªs Exc.ªs os Senhores Ministros das Finanças e da Educação, e que tem por objecto central o Programa de Modernização da Rede Pública de Escolas Secundárias afectas ao Ministério da Educação.

1. Pedindo a autorização de V.ª Exc.ª, Senhor Presidente, para algumas palavras prévias, gostaria de recordar que a Ordem dos Arquitectos, por força do Decreto-Lei n.º 176/98 de 3 de Julho, é a associação pública que representa e regula a profissão de arquitecto em Portugal, a única que, de acordo com o disposto no seu Estatuto e com a sua tradição e prática democráticas, entrega voz legítima aos cerca de 18 500 arquitectos do nosso País. No contexto desta audição, aqui representamos todos os arquitectos, seja os que não trabalham para a Parque Escolar, seja os que trabalham para a Parque Escolar, seja mesmo os que trabalham na própria Parque Escolar.

Porém, a Ordem dos Arquitectos não se limita a representar e regular a profissão de arquitecto, pois, de acordo com a primeira das suas atribuições estatutárias, contribui também “para a defesa e promoção da arquitectura”. Neste quadro preciso, importa referir que o interesse público da Arquitectura está há muito consagrado na União Europeia, dado o respectivo impacto na Qualidade do Ambiente Construído e, por assim ser, na Qualidade de Vida dos Cidadãos, desde logo na particular relevância que é atribuída à profissão de arquitecto na Directiva 2005/36/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais.

É também deste relevante interesse público da Arquitectura e do papel central que a profissão de arquitecto tem na sua concretização, que decorre a posição há muito subscrita pela Ordem dos Arquitectos para a Encomenda Pública ou com Financiamento Público, ou seja, de que esta Encomenda deve resultar, por regra, de Concurso Público. E que, tanto quanto possível, tal Concurso Público deve ser de Concepção. Defendemos ser este o procedimento que, como bem reconhece o Conselho de Arquitectos da Europa, melhor garante “a selecção de projectos de arquitectura segundo critérios assentes na qualidade arquitectónica e na sustentabilidade do ciclo de vida do edificável”, salvaguardando a exemplaridade que o Estado deve ter neste contexto e salvaguardando, sobretudo, o interesse público da Qualidade do Ambiente Construído.

2. Ora, quando a actual Direcção da Ordem dos Arquitectos foi empossada, em Março de 2008, já há mais de um ano que a Parque Escolar EPE estava constituída, estando concluídas ou a decorrer as Fases 0 e 1 do respectivo Programa, com a Fase 2 já comprometida, num total de cerca de 100 escolas. Encomenda de Arquitectura toda por ajuste directo, com critérios que desconhecíamos e que continuamos, aliás, a desconhecer. Apesar de constrangida por esta situação *de facto*, a posição da Ordem neste mandato foi, desde o seu início, clara e inequívoca, sensibilizando e instando a Parque Escolar EPE e a respectiva tutela a abrir progressivamente a respectiva Encomenda de Arquitectura a Concursos Públicos de Concepção. A Cronologia sumariada de que damos hoje conhecimento a V.ªs Exc.ªs é disto mesmo fiel testemunha.

Porém, apesar de algumas promessas nesse sentido, a verdade é que, até ao momento, tal não sucedeu, tendo a Fase 3 do respectivo programa observado, uma vez mais e sem qualquer excepção, o Ajuste Directo para a Encomenda de Arquitectura, quando a excepção, a nosso ver, deveria ter sido exactamente este tipo de procedimento, tanto mais que, três anos decorridos sobre o início do Programa, a Parque Escolar já deveria ter reunido o conhecimento, a experiência e as condições mais do que suficientes para alterar o procedimento de Encomenda.

Importa referir que das 4 áreas de actuação do Governo com a quais a Ordem dos Arquitectos mais se envolveu e dialogou - Obras Públicas, Ambiente e Ordenamento do Território, Cultura e Educação - foi esta última a que não produziu, até ao momento, quaisquer resultados práticos, bem ao invés de todas as outras. Tal como importa referir que a posição da Ordem dos Arquitectos no que diz respeito à Encomenda de Arquitectura foi sendo sucessivamente sustentada em documentos públicos, designadamente os Manifestos da Ordem para as Eleições Europeias e Legislativas entregues a todos os partidos, coligações e movimentos envolvidos, assim como a Moção de Orientação Global do 12.º Congresso dos Arquitectos, realizado em Dezembro último sob o tema da Política Pública de Arquitectura, já enviada ao Governo e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República. Destes documentos damos também hoje renovado conhecimento a V.ªs Exc.ªs.

3. Senhor Presidente, Senhores Deputados, Em face do já descrito, a Ordem dos Arquitectos permite-se afirmar o seguinte:

- Pelas razões apontadas, consideramos que o «Concurso Público de Concepção» constitui o melhor procedimento para a Encomenda Pública de Arquitectura.
- O Estado, por via do Código dos Contratos Públicos, veio reconhecer isto mesmo, pois reservou em sede de contratação pública um regime específico para os trabalhos de concepção no campo da arquitectura.
- A Ordem dos Arquitectos considera que o Estado deve empreender a sua actividade de acordo com os regimes legais em vigor, capacitando-se para a sua aplicação e evitando qualquer regime de excepção no seu regular funcionamento.
- A Ordem dos Arquitectos reconhece a extraordinária importância e a premência da singular missão de modernização e reabilitação do parque escolar do ensino secundário.
- A Ordem dos Arquitectos admitiu mesmo como plausível que, na busca inicial de servir tal premência, se ensaiassem formas de a servir à margem do regime legal estatuído, através de um regime excepcional.
- Todavia, a Ordem dos Arquitectos considera tal situação há muito ultrapassada e, assim sendo, não pode esta justificar o actual regime de excepção, tanto mais que este dura há já três anos.
- Ao persistir na utilização do ajuste directo enquanto procedimento contratual para a Encomenda de Arquitectura, a Parque Escolar negligencia o interesse público da Arquitectura e do exercício da profissão de arquitecto, pois obsta à selecção da melhor arquitectura em condições de igualdade, não garante para o Estado a selecção das propostas mais vantajosas em termos da combinação da melhor concepção, da melhor equipa técnica e do melhor preço, e não garante para os cidadãos a decorrente Qualidade do Ambiente construído que deve constituir objectivo paradigmático do próprio Estado.

- Para concluir, permitam-me quatro notas finais:
 - A primeira, para registar que a Encomenda de Arquitectura da Parque Escolar constitui uma pequena parte da totalidade da respectiva Encomenda;
 - A segunda, para recordar a V.ªs Exc.ªs que o recurso sistemático ao Ajuste Directo, como na Parque Escolar, ou a procedimentos de Encomenda que não garantem a Qualidade do Ambiente Construído, está longe de ser caso único no quadro da Encomenda Pública, tanto no presente quanto no passado, tanto ao nível central quanto a outros níveis do Estado;
 - A terceira, para testemunhar que na recente reunião que mantivemos com S.ª Exc.ª a Senhora Ministra da Educação encontramos maior disponibilidade para a alteração do procedimento de Encomenda de Arquitectura da Parque Escolar;
 - A quarta e final, para manifestar que, na perspectiva que aqui defendemos e tendo em linha de conta as cerca de 200 escolas que já resultaram de ajuste directo, tudo faremos para que as cerca de 150 escolas restantes, salvo os casos em que estejam envolvidos direitos de autor, resultem de Concursos Públicos de Concepção.

JOÃO BELO RODEIA, PRESIDENTE DA ORDEM DOS ARQUITECTOS

PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR

A ENCOMENDA DE ARQUITECTURA

A PROPÓSITO DOS TEXTOS PUBLICADOS SOBRE ESTE ASSUNTO NO BOLETIM ARQUITECTOS Nº 206 DE MARÇO DE 2010 SÃO PUBLICADAS DUAS CARTAS DE MEMBROS DA OA QUE MANIFESTAM OPINIÃO SOBRE A MATÉRIA

Não posso deixar de contribuir com alguns tópicos para uma discussão que desejo mais alargada, em que os pontos de vista que exponho, decorrem das seguintes vivências: enquanto vogal de Conselhos Directivos da OA (90/95) e presidente da OA-SRS (96/98), onde a abordagem da prática profissional foi tema programático, aliás consubstanciado no Livro Branco da Arquitectura e do Ambiente Urbano em Portugal, edição da OA em 1995; enquanto membro do Grupo de Trabalho dos Espaços Educativos e Culturais da UIA, tendo organizado e participado em vários Encontros e Seminários Internacionais apresentando comunicações, alguma delas editadas em publicações internacionais; enquanto coordenador da equipa projectista a quem foi adjudicado pela PE o projecto de Arquitectura de uma escola, a Calazans Duarte na Marinha Grande.

TÓPICOS

1º A renovação e requalificação do parque escolar sempre foi uma problemática colocada nos Ministérios da Obras Públicas e da Educação, desde o 25 de Abril, não só para conservação e manutenção do património moderno, mas também pelo emergir de diferentes enquadramentos pedagógicos e desafios desencadeados por novos modelos de gestão escolar. A perspectiva da quantidade sempre se impôs à da qualidade. Talvez aceitável naqueles idos anos 80, mas já incompreensível quando se persistiu nessa política. Nos relatórios do PRODEP que elaborei para o GEP em 92/94, depois de ter saído do funcionalismo público em 1988, propunham-se distintas actuações que não foram implementadas. Foi matéria que sucessivos ministros e de diferente cor partidária puseram na gaveta. Só em 2007 é criada a Parque Escolar. No DL nº 41/2007 que a institucionalizou, os objectivos são claros, foram abertas portas para metodologias eficazes e criadas condições para modelos de gestão mais ágeis.

2º A opção pela PE de encomendar directamente os projectos teve pelo menos uma enorme justificação baseada numa sustentada actuação “instantânea” com resultados práticos positivos.

A *short list* foi elaborada, a qual atendeu ou não a experiências anteriores, a intenção de convite era expressa, as equipas arrancaram com os estudos, os contratos vêm depois, entretanto o projecto está feito, é posto a concurso, adjudicado. Aos honorários é imposto um desconto que se aceita, só se espera que seja igual para todos. No contexto de crise, só se espera que esta actuação tenha sido uma almofada para muitos gabinetes. O Estado é pessoa de bem e efectua os pagamentos dos honorários com uma razoável cadência.

3º Claro que seria um desastre fazer para cada caso um concurso público sob muitos pontos de vista. Não são só as “insolvências” que iriam criar nas PME, que são agravadas quando os projectistas só têm um modo de exercício da profissão. Como se sabe, outras experiências europeias conduzidas nesses termos, levaram as organizações profissionais a questionar frontalmente essas metodologias. Todos a concorrer a tudo só produz disparates. Para não falar das morosidades, das reclamações, da constituição dos júris, dos prazos, etc.

4º Têm-se colocado poucos problemas no domínio do Código de Direito de Autor decorrentes das intervenções em edifícios que têm uma reconhecida autoria, porque foram convidados os arquitectos “iniciais”. Mas quando projectei, enquanto funcionário público do MOP, a remodelação e ampliação da Escola Secundária D. Sancho II de Elvas em 1986, “obriguei” a Direcção Geral a escrever ao anterior autor para saber da sua posição. Foi-me dado consentimento para intervir. Deveriam existir exemplos destas actuações e procedimentos

5º Umas quantas reflexões sobre o desempenho profissional dos arquitectos. Seria interessante saber quantos têm Erros e Omissões “negativos”, qual o grau alcançado na coordenação e compatibilização entre as equipas autónomas de arquitectura e a das especialidades, que soluções técnicas inovadoras apresentaram para responder à panóplia das exigências por vezes sem sentido do SCIE, do RCCTE, do RSECE, etc. Quantas equipas apresentam relatórios do seu desempenho durante a Assistência

Técnica à obra, um dever e um direito, numero de reuniões no estaleiro onde participam, que respostas dão e que documentos elaboram.

Aproveito também para abordar a flexibilidade com que os arquitectos “aceitam” os programas preliminares, incentivam uma interacção com a PE e os Conselhos Directivos das Escolas no sentido de corrigir as suas propostas e sair das suas limitações e certezas. Um processo de mútuo crescimento, contribuindo para o sucesso de certas pistas e atitudes mais responsáveis.

6º Sobre a encomenda futura. Não se pode deixar de insistir que tem de estar presente uma enorme transparência e claríssima explicitação de critérios quando se utilizam modalidades mais expeditas. De facto, as assimetrias das anteriores encomendas dão que pensar. Podem ser razões tais como as invocadas pelo Provedor Silva Dias, que faz eco da denúncia dos lobbies culturais, da cultura do mútuo elogio, da agressividade do marketing das empatias pessoais, etc. Assim, para contrariar estes aspectos negativos, deveriam ser utilizados para além dos itens identificados no anterior ponto sobre o desempenho profissional, outras variáveis explicitamente equacionadas, de modo a reduzir a subjectividade da pretensa objectividade.

7º Também e quando for utilizada a modalidade de concurso público aberto e anónimo, os termos da sua organização deveriam merecer profunda meditação. Atendendo àquilo que todos conhecemos e experimentámos, o concurso deve ser “leve”, ser mesmo Estudo Prévio sumário, para não dizer Programa Base circunscrito em termos de número de folhas e painéis, conduzindo à qualificação de 3 a 5 concorrentes, todos com direito a prémio, mesmo que este seja de valor simbólico. Nunca deveria estar presente o princípio da livre concorrência em termos de honorários, porque aquilo a que se assiste noutras situações em que arquitectos apresentam 1,00€ a mais do que o preço anormalmente baixo, para “fugirem” à apresentação do documento justificativo de acordo com o CCP, é uma forma de participar em concursos público que a

OA deveria denunciar, tomar posições enérgicas e actuar nos termos previstos no Código Deontológico.

8º No domínio da Arquitectura Escolar alguns pontos podem ser listados: Como é inserida, atendida e encarada a problemática do “bullying”, na solução arquitectónica. Tema de uma comunicação que apresentei no Canadá – Toronto - em 2007 no âmbito do WP da UIA. Outra vertente é a dimensão da pesquisa e a oportunidade de colocar questões sobre a identidade da arquitectura portuguesa. Um programa com esta envergadura, considero ser como uma ocasião excepcional. Para quem viu no programa da RTP 2, Câmara Clara, a conversa do A. Alves Costa foi uma óptima achega, um precioso auxílio para perceber como esta matéria é bem actual. A distribuição geográfica por todo o País, constitui uma amostra vasta, com a possibilidade de ser possível consultar na página da Internet da PE o painel síntese de cada intervenção. Foi uma decisão ajustada assim como a edição de pequenas brochuras. Existe imensa matéria a ser analisada em termos de cultura arquitectónica.

NOTA FINAL

Lanço o desafio à OA de organizar umas Jornadas sobre este Programa. Não seria só avaliação mas sobretudo solidificar a competente actuação dos arquitectos, quer ao nível do seu desempenho profissional quer nos contributos para que a Arquitectura fique mais próxima do domínio público, que leve as pessoas a perceber as vantagens de chamar e envolver os arquitectos. Neste caso em particular, provocar a adesão de todos os professores do ensino básico e secundário, a comunidade escolar e a comunidade em geral. Seria um modo de estarmos e sermos menos “estrelas”, menos cheios de certezas, modas e verdades, mas mais humildes e “sustentáveis”. Aqui fica a sugestão à Ordem dos Arquitectos para formatar, organizar e fomentar tal “campanha”.

JORGE FARELO PINTO

Tendo acabo de receber e de ler o recente Boletim Arquitectos 206, não posso deixar de manifestar a minha total indignação pelo artigo de opinião publicado, da autoria do colega afamado Nuno Portas, onde acaba por “apadrinhar” a conduta da Parque Escolar e a acarinhar a modalidade de escolha dos arquitectos por ajuste directo, “a dedo”, sem consulta ao mercado. A este propósito seria oportuno informar o referido colega das implicações de tal prática com a deontologia profissional, transmitir algumas noções sobre o princípio da igualdade, e ainda da igualdade de oportunidade e de aptidão de todos os membros da O.A. para o exercício de todos os actos da profissão. Talvez tal opinião resulte de um já longo afastamento da prática profissional e do contacto com a realidade do mercado, ou até do abandono a que terá votado a prancheta.

Seria oportuno ainda informar o colega que esta não é uma exigência “corporativa”, conforme o próprio rotula, mas sim um imperativo de transparência, legalidade e de boa gestão, tal como as atribuições da O.A. confiadas pelo Estado visam tutelar o direito à arquitectura e não os interesses dos arquitectos, e em particular o grupo dos “são sempre os mesmos!!!”, os tais que adoptam a cultura do “mútuo elogio” no “tecido de interesses” e de “lobbies culturais”.

Na impossibilidade de fazer chegar directamente esta minha opinião e crítica ao colega visado, poderá fazê-lo a O.A. caso entenda, ou torná-la pública. E se a opinião não é delito, faz bem a O.A. em publicar estes “comportamentos desviantes” para publicamente sabermos quem está e quem não está com os novos desígnios e desafios da O.A. com os melhores cumprimentos, PORTO, 12 DE MARÇO DE 2010 MANUEL CARVALHO, MEMBRO 5738N

TOMADA DE POSSE

COMISSÃO INSTALADORA DO COLÉGIO DE PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

A Cerimónia de Tomada de Posse da Comissão Instaladora do Colégio de Especialidade de Património Arquitectónico, teve lugar no Auditório Nuno Teotónio Pereira, da Sede Nacional da Ordem dos Arquitectos, no dia 27 de Março, pelas 15 horas.



Na fotografia, da esquerda para a direita, Gonçalo Byrne, Sérgio Fernandez, João Belo Rodeia, Walter Rossa e Vítor Mestre

ABRIL/MAIO 2010

SEDE NACIONAL

ATRIBUIÇÃO DO NOME DE NUNO TEOTÓNIO PEREIRA AO AUDITÓRIO E DE KEIL DO AMARAL À BIBLIOTECA

No âmbito da Sinalização do Edifício-Sede da OA, prevista no Plano de Actividades 2010 e sem prejuízo do respectivo desenvolvimento, foi aprovado na 39ª Reunião Plenária do Conselho Directivo Nacional que o Auditório do Edifício-sede da Ordem dos Arquitectos se passa a denominar Auditório Nuno Teotónio Pereira, assim assinalando o relevante papel associativo do Arquitecto Nuno Teotónio Pereira desde o 1º Congresso Nacional de Arquitectura, em 1948, e homenageando a sua ampla dedicação à defesa do papel social e do pleno reconhecimento público da profissão de arquitecto em Portugal.

No mesmo contexto foi deliberado atribuir o nome de Keil do Amaral à Biblioteca do Edifício-Sede da OA.

NOTA INFORMATIVA

ORIENTAÇÕES PARA A CONCLUSÃO DO ORÇAMENTO 2010 DA ORDEM DOS ARQUITECTOS

Tendo em vista a Conclusão da Proposta de Orçamento 2010, o Conselho Directivo Nacional tem vindo a promover ampla reflexão e debate internos nos últimos três meses, incluindo a consulta ao Conselho Nacional de Delegados. Tais reflexão e debate decorreram da necessidade de equacionar com a máxima ponderação e amplo compromisso o Orçamento 2010 enquanto instrumento habilitado a suportar a actividade da OAE, em simultâneo, capaz de enfrentar a respectiva situação económica e financeira, amadurecendo decisões em função da necessidade vital de reequilibrar esta mesma situação, e tomando em linha de conta a profunda crise económica que o País atravessa, cuja repercussão no exercício profissional dos arquitectos, conforme indicado por todos os dados disponíveis, tem vindo a agravar-se significativamente desde o final do ano transacto.

L.
Neste sentido e considerando que:

1.1. A debilidade estrutural da situação económica e financeira da OA, bem evidente desde a primeira auditoria externa solicitada em 2008 à PricewaterhouseCoopers neste mandato, tem vindo a ser enfrentada com firmeza, desde logo:
a) reestruturando e credibilizando os instrumentos e procedimentos internos, entre os quais se destaca a conclusão, em 2009, do Novo Plano de Contas e da Base de Dados Única;
b) normalizando a tesouraria e procurando reduzir a dívida herdada pelo Conselho Directivo Nacional diante terceiros;
c) procurando reduzir a despesa relativa ao funcionamento nacional da OA, nomeadamente renegociando a aquisição de bens e serviços, reestruturando serviços e dispensando funcionários, e racionalizando a remuneração de membros eleitos através de senhas de presença;
d) equacionado todas as actividades e iniciativas socio-culturais da OA, a partir da captação de receita não-estrutural para o efeito (ou seja, a receita estrutural não paga tendencialmente estas actividades e iniciativas);
e) implementando o Plano de Recuperação de Quotas através das Secções Regionais Norte e Sul, a par da criação do Novo Regulamento de Quotas que introduz benefícios associados ao pagamento atempado da quota, e alarga o respectivo âmbito de isenções e deduções, procurando ser assim socialmente mais justo;

1.2. O trabalho desenvolvido para a consolidação e recuperação económica e financeira da OA, para além de acompanhados pelo Conselho Fiscal Nacional, têm sido apresentados e amplamente debatidos no Conselho Nacional de Delegados, assim como nas Assembleias Gerais da OA, com positivo reconhecimento destes órgãos sociais;

1.3. O esforço de racionalização e contenção da despesa tem tido resultados positivos na consolidação económica e financeira da OA, mesmo quando a actual conjuntura económica afecta a respectiva receita não-estrutural;

1.4. Apesar disso, o actual rigor e credibilidade dos dados disponíveis permite hoje reconhecer a amplitude do problema económico e financeiro da OA, cuja natureza não é circunstancial mas estrutural;

1.5. Tal problema estrutural não tem solução a curto prazo, salvo aumento significativo do valor da quota em moldes que são manifestamente incompatíveis com os efeitos da actual conjuntura económica do País sobre o exercício profissional dos arquitectos, e que condicionam o papel da OA neste difícil contexto;

1.6. No mesmo sentido, a mera actualização do valor da quota, apesar de desejável e legítima, não tem efeito significativo na resolução do problema estrutural da OA;

1.7. Não resta por isso, enquanto se mantiver esta difícil conjuntura, outra solução para a consolidação económica e financeira da OA que não seja a de continuar o esforço de contenção da despesa e de insistir na procura de outras fontes de receita interna e externa;

1.8. Por fim, após a implementação do Plano de Recuperação de Quotas em 2008 e 2009 junto dos membros, e com a entrada em vigor do Orçamento de 2010 que, pela primeira vez, tem na sua base um conjunto de instrumentos e procedimentos - entre os quais o Novo Plano de Contas e a Base de Dados Única - que lhe entregam rigor e credibilidade, assim como do novo Regulamento de Quotas, o corrente ano deverá constituir-se como de avaliação dos efeitos produzidos sobre a situação económica e financeira da OA, por forma a equacionar a continuidade da respectiva consolidação e a tomar as medidas conformes, que deverão ter sempre em linha de conta a conjuntura socio-económica do País e o respectivo impacto sobre o exercício profissional.

2.

Neste quadro, o Conselho Directivo Nacional aprovou as seguintes orientações

para a conclusão da Proposta de Orçamento 2010 da OA, a apresentar à Assembleia Geral:

2.1. Respeitar o Novo Plano de Contas da OA e respectivos critérios de inscrição e classificação de receitas e despesas;

2.2. Inscrever uma provisão para quotas não cobradas de 7,50%, de acordo com o valor médio - 6,64% - verificado entre 2004 e 2009, majorando-o em cerca de 1% em face do previsível impacto da actual situação económica do País;

2.3. Estabelecer um tecto máximo para o valor da despesa estrutural até 3% inferior ao valor da despesa executada no exercício de 2009, excluindo a despesa relativa a investimento desde que devidamente ponderada e justificada;

2.4. Estabelecer os seguintes critérios de comparticipação de encargos entre o Conselho Directivo Nacional e os Conselhos Directivos das Secções Regionais Norte e Sul:

a) Comparticipação em Encargos com Processo Judiciais, conforme proposta a apresentar pela assessoria jurídica do CDN;

b) Comparticipação na Aquisição de Bens e Serviços acordada entre as partes, conforme ao seguinte:

■ quando a natureza dos bens ou serviços for indivisa, a comparticipação repartida entre o Conselho Directivo Nacional, o Conselho Directivo da Secção Regional Norte e o Conselho Directivo da Secção Regional Sul será proporcional à receita respectiva de quotas e jóias facturada em 2009;

■ quando a natureza dos bens e serviços não for indivisa, a comparticipação é repartida conforme a afectação respectiva desses bens e serviços entre o Conselho Directivo Nacional, o Conselho Directivo da Secção Regional Norte e o Conselho Directivo da Secção Regional Sul;

c) Comparticipação no Boletim Arquitectos, a ser bimensal, com repartição de custos a ser equacionada entre o Conselho Directivo Nacional e os Conselhos Directivos das Secções Regionais Norte e Sul.

2.5. Manter a repartição proporcional de quotas cobradas em vigor desde 2004, ou seja, 35% do valor das quotas cobradas para os Órgãos Sociais Nacionais, e 65% do valor das quotas cobradas para os Órgãos Sociais Regionais nas áreas respectivas;

2.6. Manter o valor da quota em vigor desde 2004 (190,00€).

CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

PROTOCOLO OA/AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL

CONDIÇÕES DE RECONHECIMENTO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS AOS ARQUITECTOS

A 10 de Fevereiro foram celebrados três protocolos de colaboração entre a Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) e as organizações profissionais dos arquitectos, dos engenheiros e dos engenheiros técnicos, para a aplicação do novo Regime Jurídico da Segurança contra Incêndios em Edifícios (RJSCIE).

O protocolo foi assinado pela vice-presidente do CDN, Arq^a Ana Tostões, na presença do Senhor Secretário de Estado da Protecção Civil.

São atribuições da ANPC a regulamentação, o licenciamento e a fiscalização no âmbito da Segurança contra Incêndios (Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de Março).

As alterações introduzidas ao Regulamento Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE) pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, consagram o RJSCIE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2009, que dispõe que a ANPC é a entidade competente para assegurar o seu cumprimento.

O Decreto-Lei n.º 220/2008 atribui a responsabilidade pela elaboração dos projectos de SCIE referentes a edifícios e recintos classificados nas 3.ª e 4.ª categoria de risco exclusivamente a técnicos registados na OA, OE e ANET, que devem certificar o reconhecimento de especialização:

a) directo; quando comprovadamente possuam um mínimo de cinco anos de experiência profissional na área;

b) após frequência e aproveitamento nas necessárias acções de formação na área específica de SCIE, cujo conteúdo programático, formadores e carga horária tenha sido objecto de protocolo entre a ANPC e aquelas organizações profissionais.

O protocolo agora celebrado, homologado pelo Secretário de Estado da Protecção Civil, estabelece as condições de reconhecimento das acções de formação na área por forma a permitir à ANPC, sob proposta da OA, o reconhecimento de especialização aos arquitectos para a elaboração de projectos de SCIE.



Secretário de Estado da Protecção Civil, Vasco Franco, cumprimenta vice-presidente do CDN

NOTA INFORMATIVA

POLÍTICA PÚBLICA DE ARQUITECTURA: NOVO DESPACHO DO MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

A Ordem dos Arquitectos congratula-se pela publicação em Diário da República, no passado dia 1 de Março, do Despacho 3718/2010 do Gabinete da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades (MAOT) que confirma o mandato do Grupo de Trabalho para a Política Nacional de Arquitectura e Paisagem (que a OA integra), com a finalidade de, num prazo de três meses, propor o conceito e os princípios gerais desta Política Pública, prevista no Programa do Governo.

Este Despacho vem ao encontro de um dos objectivos centrais da OA no presente mandato, ou seja, a criação e implementação de uma Política Pública de Arquitectura em Portugal, com vista à melhoria do Ambiente Construído e da Qualidade de Vida dos cidadãos. Reflecte, também, o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido para o efeito no quadro da OA, designadamente consagrado na Moção de Orientação Global aprovada no 12.º Congresso dos Arquitectos.

CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL, 11 MARÇO 2010



DE NOVO O CONGRESSO DA TERRA

Decorreu no passado mês de Fevereiro, na Universidade de Coimbra, o 6º Seminário de ARQUITECTURA de TERRA em Portugal (ATP) em simultâneo com o 9º Seminário Ibero-Americano de Construção com Terra (SIACOT), evento que trouxe à cidade do conhecimento cerca de 200 participantes. O Seminário, agora em versão trienal, foi organizado pelo Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e do Porto (CEAUCP), pela Associação Centro da Terra, pela Escola Superior Gallaecia e pela Rede Ibero-Americana PROTERRA, e constitui um êxito de participação tanto de profissionais como público académico, verificando-se pela primeira vez a presença de conferencistas dos 5 continentes e oriundos de 10 países, sendo curiosamente 70% Ibero-Americanos e 30% Europeus, Africanos e Asiáticos. Regista-se efectivamente um crescente interesse pela Arquitectura em Terra, traduzido pela progressiva mobilização de técnicos, professores e estudantes, cerca de 60 inscritos nos 1º e 2º ATP (2003 e 2004), 120

Título: Terra em Seminário 2010
Autor: AA VV
Edição: Argumentum, Lisboa, Fev. 2010
ISBN: 9789728479671
288 páginas
Preço: €30

no 4º ATP (2006 no Brasil) em contraste com 200 participantes nos 3º, 5º e 6º ATP (em 2005, 2007 e 2010). Esse incremento de participação torna-se também visível no número de comunicações apresentadas, grande parte fruto de investigações em sede de Mestrados e Doutoramentos, agora já dedicadas a todo o território nacional, cobrindo diferentes disciplinas como Arquitectura, Engenharia, Arte, História, etc, e abrangendo cada vez mais investigação interdisciplinar, conforme o livro de ACTAS publicado é bem ilustrador. Esta evolução muito positiva do nosso ATP desperta também cada vez mais atenção nos países do eixo Mediterrâneo (Espanha, França, Itália) e no Brasil, facto ao qual não será por certo estranha a realização, em Abril do ano passado, do 1º MEDITERRA (Cagliari, Sardenha), bem como dos TERRABRASIL cuja terceira sessão terá lugar este ano na 1ª semana de Setembro, em Mato Grosso do Sul (www.terrabrasil2010.wordpress.com).



MODERNO TROPICAL

No território africano sob domínio colonial português, menos sujeito à pressão dos cânones culturais do Estado Novo e ao mesmo tempo com mais necessidades de construção urbana, houve espaço para que os arquitectos portugueses pudessem explorar livremente o Movimento Moderno. A expressão desta arquitectura em África, nos anos 50 e 60, traduziu não só os ensinamentos da Carta de Atenas, de Le Corbusier, mas também as formas modernas desenvolvidas no Brasil. É há procura desse denominador comum - tropical - que Ana Magalhães parte com Inês Gonçalves numa viagem a Luanda, Lobito, Maputo e Beira, onde fazem um levantamento fotográfico dos edifícios aqui tratados. Entre texto de investigação e imagens, ficamos a conhecer o belíssimo trabalho de oito arquitectos portugueses, que no contexto colonial africano puderam aproximar-se da vanguarda da arquitectura moderna.

Título: Moderno Tropical
Autor: Ana Magalhães e Inês Gonçalves
Edição: Tinta da China, Lisboa, 2009
ISBN: 9789896710170
240 páginas
Preço: €39,90



REGULAMENTO DE SEGURANÇA EM TABELAS

Com a saída do DL 220/2008, de 12 de Novembro e respectiva Portarias complementares, estabelece-se o novo quadro legal e técnico de Segurança Contra Incêndio em Edifícios, introduzindo um conjunto de alterações que numa fase inicial são de difícil assimilação. Surge assim o livro "Regulamento de Segurança em Tabelas, de acordo com o novo Regime Jurídico de Segurança Contra Incêndios e Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios". O nome é complicado mas o objectivo do livro é simplificar a vida de todos os profissionais que têm que lidar com a nova legislação de segurança contra incêndio em edifícios (projectistas, promotores, técnicos da ANPC, técnicos camarários, bombeiros, instaladores, responsáveis de manutenção, responsáveis de segurança, etc.). A informação técnica dos novos diplomas foi sintetizada em diversas tabelas de consulta rápida, fácil e intuitiva, separadas por utilizações-tipo.

Título: Regulamento de segurança em tabelas
Autor: Marco Miguel e Pedro Silvano
Edição: Edição de Autor, 2009
ISBN: 9789892016771
348 páginas
Preço: €29,95
regulamentoemtabelas@gmail.com

VII BIAU

A REPRESENTAÇÃO NACIONAL

Na sequência do apoio que a Ordem dos Arquitectos garantiu ao delegado nacional de Portugal, Arquitecto José Adrião, foram tornados públicos os relatórios que acompanharam os elementos enviados, nas categorias «Obras», «Publicações» e «Trabalhos de investigação». O tema da VII Bienal Ibero-Americana de Arquitectura e Urbanismo, *Arquitectura para a Integração da Cidadania*, apresenta a cidade como lugar de diversidade e intercâmbio, onde a arquitectura e o urbanismo podem desempenhar um papel fundamental como catalisadores de novos modelos de relação. Na categoria "Obras" de Arquitectura e Urbanismo foram recebidos 35 trabalhos documentados nos termos regulamentares e a selecção do Delegado, limitada a dez candidaturas, recaiu sobre as seguintes obras:

01 Mude Museu do Design e da Moda, Ricardo Carvalho + Joana Vilhena Arquitectos
02 Centro Sócio-Cultural Laranjeiro, Pedro Mendes Arquitectos

03 La Casa de Libro, Olga Sanina e Marcelo Dantas Arquitectos
04 Casa no Alto da Ajuda, Extrastudio
05 Superfície Comercial MiniPreço, José Fernando Gonçalves
06 Espaço Público do Cacém, Risco
07 Arquivo Municipal de Loures, Fernando Martins e João Manuel Santa Rita
08 Casa Cork, Arquitectos Anónimos
09 Estação Biológica do Garducho, Ventura Trindade Arquitectos
10 Café+ Estrutura de Sombreamento, Sacavém, ateliermob

Estas obras serão agora apreciadas por um Júri que integra o Arquitecto Gonçalo Byrne, a par das candidaturas dos outros países do espaço Ibero-americano, que irá definir o "Panorama Iberoamericano de Arquitectura e Urbanismo", num total máximo de 30 trabalhos a incluir na exposição e no catálogo. www.biau.es

MADE IN GERMANY

ARQUITECTURA + RELIGIÃO

Esteve patente ao público entre 5 e 28 de Fevereiro a exposição *Made In Germany: Arquitectura + Religião*, exposição realizada na Sala do Veado dos Museus da Politécnica e produzida em parceria com a Ordem dos Arquitectos e o Goethe-Institut Lisboa. A exposição teve como objectivo proporcionar uma visão sobre a nova arquitectura religiosa alemã, através da apresentação de nove projectos de diferentes confissões religiosas de construção recente. A par da exposição realizou-se a 20 de Fevereiro no Goethe-Institut Lisboa um colóquio subordinado ao mesmo tema e, nos três dias anteriores ao Colóquio, os comissários da exposição João Alves da Cunha e João Norton acompanharam os convidados alemães do colóquio, os arquitectos Paul Böhm, Amandus Sattler e Ulrich e Ilse Königs e o teólogo Walter Zhaner num percurso por algumas das mais emblemáticas Igrejas de construção recente em Portugal. Ao longo do circuito os arquitectos alemães puderam ter

contacto com a arquitectura religiosa portuguesa contemporânea para além de terem tido o contacto com arquitectos dessa área, nomeadamente João Luís Carrilho da Graça ou Joana Delgado.



O ARQUITECTO E O HOMEM OU A ARQUITECTURA E A VIDA

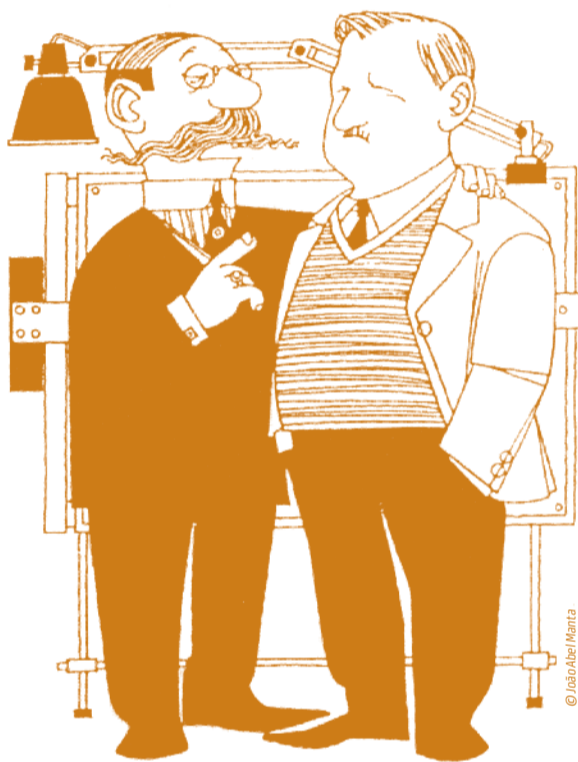
FRANCISCO KEIL DO AMARAL (1910-1975)

Modelo de comportamento cívico, profissional e humano, os escritos de Francisco Keil do Amaral, sempre temperados de bonomia e humor mordaz, reflectem a sua vocação pedagógica e a sua cultura abrangente.

Nasce com a República em 1910, forma-se em meados dos anos 30 na Escola de Belas-Artes (1928-1934), mas é o trabalho com Carlos Ramos que marca as tendências funcionalistas e o carácter purista das suas primeiras obras patentes no edifício do Instituto Pasteur (Porto, 1933-1935), onde interpreta em largos envidraçados modernos, gráfica e abstractamente compostos, a fachada de um estreito lote portuense. Em 1936 obtém o 1º Prémio no Concurso para o Pavilhão de Portugal para a Exposição Internacional de Paris (1937) impondo nos programas oficiais um gosto renovador pelas formas puristas embora o projecto construído revele uma certa cedência à simbólica figurativa oficial do Estado Novo. Apaixonado pela arquitectura holandesa de Dudok, que visita em 1937, as suas obras começam a manifestar estas influências (Escola da Secil, Setúbal, 1938-1940; Aeroporto de Lisboa, 1938-1942) sobretudo nos diversos projectos de equipamentos que realiza para os parques de Lisboa (Monsanto, Parque Eduardo VII e Campo Grande) no quadro da sua actividade como arquitecto dos quadros do Município de Lisboa (1938-1946). Resistente à aplicação directa dos códigos das vanguardas do Movimento Moderno, a inspiração Dudokiana revela-se numa vontade de reinvenção recorrendo às formas puras da arquitectura regional, num desenho desenvolvido de dentro para fora demonstrando uma paradoxal riqueza interior, porque trabalhada com uma austera economia de meios, criando espaços de qualificada intimidade. Os materiais rústicos (aparelho de pedra rústica, tijolo à vista, coberturas de telha) são aplicados numa estrita funcionalidade planimétrica, organicamente sensível aos valores da luz e da sombra. Nos anos 50, a par de uma qualificada produção no domínio da vivenda unifamiliar onde articula com um sentido purista uma subtil organicidade na adaptação ao terreno (Casa Sousa Pinto, Lisboa, 1950, Prémio Valmor), e do desenho de uma série de lojas e equipamentos urbanos introduzindo pioneiramente novos códigos linguísticos ao sabor das influências mais internacionais Brasileiras ou Mexicanas (lojas TAP, Seldex, Metropolitano de Lisboa), constrói a Feira das Indústrias de Lisboa (1951-1957), a mais internacional das suas obras: um grande corpo de nave cruzado por um fino e delicado volume suspenso sobre pilotis. O Estádio de Bagdad (Iraque, 1961-1967), diversos planos de urbanização (Tróia, Porto Santo e Pinhal da Marina de Vilamoura), moradias (Casa Silva Brito em Lisboa, 1961, Prémio Municipal; Casa Mário Soares, 1968, Sintra) com destaque para a casa própria (Senhora da Rocha), numa abordagem vernacular da paisagem

algarvia, caracterizam a produção dos anos 60 marcada em Lisboa pela Piscina do Campo Grande, onde retoma a plasticidade do tijolo, o jogo de volumes contaminado de organicidade na abordagem do sítio e na escala humanizada. Figura ética e moral de referência para a classe dos arquitectos, polemista, investigador e pedagogo, participante activo na actividade sindical e política, frontal opositor ao regime, para Keil a arquitectura ultrapassava a mera dimensão profissional. Incentivador do *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa* (Sindicato dos Arquitectos, 1955-1960), os seus livros de reflexão sobre a arquitectura e a cidade contribuem para o enquadramento de uma actividade generosa e intensa como profissional e cidadão.

ANA TOSTÕES



A data do centenário do seu nascimento, 28 de Abril, é assinalada na sede nacional - anúncio na pág. 10.

PRÉMIO FERNANDO TÁVORA VENCEDOR DA V EDIÇÃO

Apesar da data de Anúncio do Vencedor da 5ª edição do Prémio Fernando Távora se encontrar definida no respectivo Regulamento, a 6 de Abril de 2010, por motivos imprevistos não foi possível à totalidade dos elementos do Júri realizar a sessão de avaliação das candidaturas e a Cerimónia de Anúncio do Vencedor nesta data, pelo que o Anúncio do Vencedor foi adiado para 23 de Abril de 2010, 6ª feira, 22h. A cerimónia, que decorrerá no Salão Nobre da Câmara Municipal de Matosinhos é assinalada com uma conferência sobre o tema "A Viagem", proferida pelo Dr. Emílio Rui Vilar, Presidente do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian, e membro do júri da 5ª edição do Prémio. A sessão conta também com a presença dos restantes elementos do júri: arquitectos Nuno Brandão Costa, João Paulo Rapagão (em representação da Casa da Arquitectura), Ana Tostões (em representação da família Távora) e Maria

Manuel Oliveira (em representação da OA-SRN). A 5ª edição do Prémio, que recebeu 30 candidaturas, assinala não só o início da parceria da Associação Casa da Arquitectura com a Ordem dos Arquitectos Secção Regional do Norte, OASRN, e a Câmara Municipal de Matosinhos na sua promoção, como também o facto do valor do Prémio se elevar de 5.000 para 6.000 euros. O Prémio Fernando Távora, é um prémio anual - uma bolsa de viagem -, destinado a todos os membros da Ordem dos Arquitectos. Instituído em homenagem ao arquitecto Portuense, figura referência da arquitectura portuguesa pela sua actividade enquanto arquitecto e pedagogo. Fernando Távora viajou incessantemente para estudar in loco a arquitectura de todas as épocas, em todos os continentes, utilizando-a como conteúdo e método da sua actividade pedagógica.

www.oasrn.org > prémio Fernando Távora



NOVOS

EM MARÇO, A ORDEM DOS ARQUITECTOS REGISTOU O SEU MEMBRO N.º 18501

A NORTE

Alberto Montoya Cano

Alexandra Maria Alves de Sá

Alexandre Miguel dos Santos Cardoso

Ana Camila Ferreira da Silva

Ana Carina Vieira da Silva e Sousa

Ana Maria Leonardo Ferreira

Ana Raquel Silva Teixeira

Andreia Joana Monteiro da Costa

Andreia Maria Santana Margarido

Andreia Paula Quaresma Negrão

Andreia Sofia Oliveira Garcia

Anne Blanche Wermeille Mendonça

António André Martins Torres

António José Tavares da Silva

Bárbara Teresa Fernandes Leite

Branca Zaira Ribeiro dos Santos

Bruno Silvano Vieira Cardoso

Carla Maria da Silva Jarmelo

Carlos Manuel Galão Janeco

Cristina Leite da Silva Bispo

Dânia Cláudia Ferreira Martins

Daniela Cristina Ribeiro Teixeira

Diana Solange de Almeida Silva

Dinís Miguel Carvalheiro Coelho

Eduardo Henrique Cordeiro Machado

Filipe José da Costa Lima

Helder Fernando Teixeira Ramos

Hugo de Amorim Reis

Hugo Joel Afonso Dias

Joana Barbosa Vieira da Silva

Joana Luísa Pimenta das Neves

Joana Maria Nunes Martins

Joana Raquel Pinto Sarmento

Joana Rute Laranjeira Barros

João António Almeida Ribeiro de Abreu

João Nuno Pinto Marques

João Pedro Costa Santos

João Pedro Gonçalves Torres

Joaquim Pedro Andrade Polónia

José Carlos da Silva Martins

José Filipe Gomes Carvalho

Luís Manuel da Costa Simões

Luís Pinheiro Loureiro

Maria Alexandra Gomes de Castro

Maria de Fátima da Cunha Franco

Maria Inês Figueiredo Costa

Maria João Machado Correia

Maria Rosa Oliveira da Rocha

Maria Teresa Moreira e Ribeiro

Mariana Carvalho de Araújo

Miguel Maria de Serpa Oliva

Miguel Silvério Marques

Miki Itabashi

Nuno Miguel Felgar Ferreira

Nuno Ricardo Nunes Ribeiro

Nuno Ricardo Oliveira Soares

Patrícia Júlia da Mota Santos

Paulo Jorge Sousa Pereira

Pedro Filipe Bernardo Dias

Pedro Joaquim Ferreira e Santos

Pedro Manuel de Barbosa Monteiro

Pedro Miguel Guerreiro de Sousa

Raquel Andreia Lima de Almeida

Ricardo da Cunha Vaz

Rodrigo Martingo Serra Cruz

Rui Miguel da Silva Grangeiro

Susana Mafalda Morais Matos

Suzi Bianca de Jesus Silva

Tânia Maria da Silva Lopes

Telma Patrícia dos Santos Fernandes

A SUL

Alexandra da Conceição Furtado Simões

Ana Cristina Ferreira

Ana Cristina Francisco Hipólito

Ana Filipa Sampaio Barros

Ana Luísa Vaz Coelho

Ana Sofia Guerreiro Simões

Ana Sofia Melgaz Contente

Ana Sofia Rodrigues de Oliveira

Andreia de Jesus Gomes Santos

Ângela Sofia Correia Capítulo

António Pedro dos Santos Bento

Antony Mateus Simões

Bruno Sousa Gomes

Carlos Mendes do Val Patronilo

Carlos Miguel Maria Cunha

Cristina Isabel Mafrá Mão-de-Ferro

Diana Isabel Batalha Graça

Diogo Miguel Alves Costa

Fabiana de Fátima Gonçalves

Ponceanoo

Fernanda Ivonete Fermio

Fernando Augusto

Filipa Pita Fonseca Calvário

Filipa Vicente Grosso Silva

Filipe Alexandre Rodrigues Dinis

Francisco Maria Fialho Palma

Gianluca Bono

Gonçalo Jorge Malheiro Duarte

Gonçalo Nuno Reis Torres

Hoi Dek long

Hugo Alexandre Pinto Henriques

Hugo Alexandre dos Santos

Nascimento

Hugo Miguel Ferreira Salvador

Hugo Miguel Lopes Aires

Irina Isabel Nunes Antunes

Jaime Henrique Rego Ponte

Joana Delgado Rodrigues Tavares

Joana Margarida Reis Couto

João Carlos Fonseca Jorge

João Filipe Marques Lourenço

João Manuel Monteiro Lavrador

João Ricardo dos Santos Mendes

Joel Alexandre Oliveira Gonçalves

José do Nascimento da Rocha Heitor

Liliana dos Santos Andrade

Luís Pedro Damião Guerra

Marcela Beatriz Macchiavelli

Marcelo Leandro Martins Calado

Marco António Afonso Marques

Marco Rafael Pereira Cravo

Margarida Baptista Santos Andrade

Margarida Piedade Dinis

Maria João Soares Zagallo

Maria do Rosário Pinto Mascarenhas

Maria Leonor Vicente Pereira

Mariana D' Orey Delgado

Marta Dabraio da Silva

Marta Tavares Soares

Micaela Sofia Alves Branco

Miguel Correia Taborada

Miguel Dias Mariano

Miguel Inácio Alves

Olga de Fátima Fernandes Henriques

Patrício Gil Rocha Morais

Paulo Jorge Alves Feiteira

Pedro Filipe Casmarrinha

Santágueda

Pedro Miguel Assis Brandão

Pedro Miguel Luz Rodrigues

Raquel Maria Sousa Braz

Ricardo Miguel André Barata

Rita Margarida Pires Soares

Rosa Cristina Lampeira Silvério

Rúben Filipe Alves Ferreira

Rui Carlos Ratinho do Nascimento

Rute Monteiro Patrício

Sandra Marisa Marques de Oliveira

Sara Luísa Carreiro Soromenho

Sara Raquel Moura de Gouveia

Sérgio Paulo Gomes Vicente

Sérgio Soares Luís

Sónia Maria Amado Barreira

Suse Paula Raposo Costa

Vasco Rebolo Gaspar Botas

Tânia Patrícia Vilela Ribeiro

Vera Maria da Cunha Mendes

Vera Mónica Afonso Rebelo

Vera Mónica Gaspar Domingues

Vicente João Leal Lourenço

Vítor Manuel Marques Ribeiro

Wilkes Carvalho de Castro Figueiredo

EM PREPARAÇÃO

CONSULTE INFORMAÇÃO ACTUALIZADA, SOBRE CONCURSOS COM APOIO/ASSESSORIA TÉCNICA DA OASRN EM WWW.OASRN.ORG > CONCURSOS

A DECORRER

A HOUSE IN LUANDA: PATIO AND PAVILLION

Entrega do Projecto > 3 Maio

Concurso Internacional de Ideias promovido pela TRIENAL DE ARQUITECTURA DE LISBOA cujo objectivo é a concepção de uma habitação unifamiliar de construção radicalmente barata para Luanda, cidade sujeita a uma enorme pressão demográfica e num processo intenso de transformação, adaptada às condições culturais, económicas e sociais do lugar. Este projecto, promovido em colaboração com a Trienal de Luanda, deverá contar com a possibilidade das habitações comportarem soluções evolutivas, eventualmente em auto-construção, adaptando-se, assim, à velocidade de transformação do tecido social angolano e de Luanda como grande metrópole africana que, tendencialmente, será. O concurso tem por finalidade seleccionar a melhor proposta

para a concepção de um protótipo de unidade familiar que origine um pátio, com um baixo custo de construção, destinada a famílias em situação de grande carência, comumente constituídas por 7-9 pessoas (pais, 3-5 filhos e 2 avós), num terreno de topografia plana, situado no perímetro de Luanda. De entre os projectos escolhidos-se-á uma “shortlist” de 30 projectos finalistas. Os autores dos 30 projectos finalistas serão contactados pela Trienal para desenvolverem uma maquete de apresentação da sua proposta que constará da exposição no Museu da Electricidade, entre 28 de Outubro 2010 e 16 de Janeiro de 2011. www.trienaldelisboa.com

PRÉMIO OUTROSMERCADUS'10

Entrega candidaturas > 30 Junho

O MUDE – Museu do Design e da Moda, em Lisboa, acolheu o lançamento do regulamento da 3ª edição do Prémio OutrosMercadus, a que se seguiu a conferência “Atmosferas” de Isabel Barbas, vencedora da edição anterior, em co-autoria com Ben Busche, com o QUIOSQUE M. POLI. O Prémio tem como objectivo distinguir e promover o reconhecimento público de obras de arquitectura | design | espaços efémeros, levadas a cabo no biénio 2008-2009, sendo extensível às mais diversas áreas da cultura, como sejam o cinema, o teatro, as

exposições, assim como em espaços públicos, expositores (stands), entre tantas outras intervenções cujo traço comum é o conceito de não perenidade.

Esta 3a edição conta com a organização da Ordem dos Arquitectos [OA] e do Centro Português de Design [CPD], com o apoio da Associação Portuguesa de Designers [APD] e a Associação Nacional de Designers [AND], com o patrocínio da empresa Multitema [Gestão da Produção Gráfica] e a fotógrafa Alexandra Melo. www.outrosmercadus.pt www.premio-outrosmercadus10.espacodearquitectura.com www.arquitectos.pt > para arquitectos e candidatos > premiação > prémio outrosmercadus

CONCURSO DE CONCEPÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DO “LOTEAMENTO URBANO E DOS PROJECTOS DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO ÂMBITO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DA UOPG1 – AVENIDA NUN’ÁLVARES”

Concurso lançado pela Câmara Municipal do Porto (CMP) com Assessoria Técnica da OA-SRN. O Concurso tem como objectivo seleccionar cinco Trabalhos de Concepção, sendo atribuído um prémio de consagração, no valor unitário de 5.000€, a cada um dos concorrentes cujo Trabalho seja seleccionado. Na sequência da decisão de selecção que encerra o

presente procedimento serão estes convidados a apresentar propostas, no âmbito do procedimento de Ajuste Directo.

O desenvolvimento do Projecto do Loteamento Urbano e dos Projectos das Obras de Urbanização, para uma área de intervenção de cerca de 30 ha, será da responsabilidade do adjudicatário escolhido no âmbito do procedimento de Ajuste Directo. O Júri do Concurso de Concepção é presidido pelo Dr. Gonçalo Mayan Gonçalves, Vereador do Urbanismo da CMP, e integra o Arq. José Carapeto, designado pela CMP, o Arq. Rui Mealha, designado pela OA-SRN, o Prof. Fernando Brandão Alves, em representação da Universidade do Porto, e o Arq. Pedro Aroso, designado pela Juntas de Freguesia de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde.

O processo de Concurso está disponível para consulta em suporte papel nas Secções Regionais da Ordem dos Arquitectos e na Divisão de Compras da CMP, durante os respectivos horários de expediente. Todas as peças do procedimento estão ainda disponíveis para visualização e *download* em página acessível através do site da CMP www.cm-porto.pt.

Mais informações em www.oasrn.org > concursos

RESULTADOS

PRÉMIO 3E FEIRA EXPORTHOME 10

O stand da Opistos – António Carneiro da Silva & Filho, Lda., projectado pelo Designer Carlos Faria, foi o vencedor do Prémio 3E – Melhor Stand Exponor, atribuído no âmbito da Feira EXPORTHOME 2010. O Júri decidiu, ainda, pela atribuição de três Menções Honrosas aos seguintes stands:

■ Redi – Fábrica de Móveis Metálicos, Lda. projectado pelo Designer António Vítor

■ Moutinho e Marques – Decoração, projectado pela arquitecta Patrícia Moutinho

■ A. Brito – Mobiliário, S.A., projectado pelo Designer Ignácio Senen

O prémio, promovido pela EXPONOR e organizado em colaboração com a Associação Portuguesa de Designers, APD, e a Ordem dos Arquitectos – Secção Regional do Norte, OA-SRN, visa distinguir o melhor stand de cada feira organizada pela EXPONOR. Para além de um prémio de reconhecimento, pretende constituir-se, também, como um incentivo à procura de novos conceitos de stands, enquanto potenciadores máximos da dignificação da qualidade espacial das feiras.

O júri desta edição foi constituído por Amélia Monteiro, Manuel de

Sousa e Sandra Bento, designados pela EXPONOR, Miguel Neiva e Nuno Sá Leal, designados pela APD, e Paula Pinheiro e Margarida Vagos Gomes, designadas pela OA-SRN.

Mais informações e consulta do regulamento em www.premio3E.exponor.pt



PRÉMIO PRITZKER ATRIBUÍDO A KAZUYO SEJIMA E RYUE NISHIZAWA

O Prémio Pritzker, o mais conceituado galardão de arquitectura do mundo, foi atribuído aos arquitectos japoneses Kazuyo Sejima e Ryue Nishizawa. O júri elogia o uso que Sejima e Nishizawa fazem da luz e das transparências nos edifícios que desenharam um pouco por todo o mundo - do Japão à Holanda, passando pela Alemanha, Inglaterra, Espanha ou França. São os autores do edifício do New Museum de Nova Iorque (2007) e estão a desenvolver o projecto para o pólo multifuncional Serralves 21, que deverá albergar as reservas da Fundação de Serralves.

EUROPAN UMA INICIATIVA DE INOVAÇÃO, NA ENCOMENDA DE ARQUITECTURA

Uma iniciativa conjunta Parque Escolar EPE / Associação European Portugal foi acordada no final de 2009 e inicia agora a sua concretização.

As duas entidades estabeleceram em protocolo uma colaboração entre si, visando a promoção da qualidade e inovação na concepção de Espaços Escolares, através da qual a primeira concedeu à segunda a organização de processos de Concurso Internacional de Concepção, visando estimular:

- A oferta de oportunidades de pesquisa e desenvolvimento de soluções inovadoras, favorecendo a integração interdisciplinar e a participação de jovens profissionais nas equipas concorrentes, com contratação do vencedor de acordo com as disposições legais vigentes para Contratos Públicos;
- Experimentação dos métodos da organização Internacional da European na preparação organizativa de concursos de Concepção, nomeadamente nos processos de avaliação, de conformidade, adequação e qualidade, por uma dupla acção de avaliação, por uma Comissão Técnica e um Júri independente. Poder-se-á perguntar porquê a European? Não é a primeira vez que realizamos outras acções competitivas para além dos concursos internacionais European, nem o nosso estatuto está limitado a essa missão. Uma organização de 5 concursos para o INH para inovação no espaço habitacional e uma outra para pequenos equipamentos de educação ambiental no programa POLIS com 3 concursos simultâneos, são exemplos de acções que organizámos e que, mesmo com dificuldades, conduziram a algumas obras realizadas de qualidade exemplar. Quando a Parque Escolar propôs esta colaboração, e em sequência aderiu a uma participação como sócia

na European Portugal, não podemos senão pôr em jogo a nossa experiência no plano internacional da organização de concursos de inovação e de estímulo à participação de jovens profissionais, a qual foi valorizada com o apoio jurídico-profissional da SRN e a nomeação de um membro do júri pela SRS da OA.

INOVAÇÃO, NO PLURAL

A inovação, uma das tónicas de todos os concursos European, tem várias componentes nesta iniciativa. Desde logo trata-se de uma entidade que promove um processo sistemático e muito qualificado de regeneração arquitectónica, num curtíssimo prazo de execução, para o parque escolar do país. Tal desiderato tem em si mesmo uma grande importância, na presença de equipamentos de arquitectura de qualidade em todo o país, e na adopção de métodos mais competitivos de gestão de projecto, de que o país e a profissão precisam, numa época de abertura da prática profissional à escala global do mercado dos serviços de projecto. O facto de também oferecer oportunidades de participação, através de concursos públicos internacionais, não podia senão levar-nos a uma total disponibilidade. A nova construção escolar promove um novo conceito de Escola e de espaço escolar, que terá de ser construído, como sempre acontece com a Arquitectura, numa base da experimentação e inovação das novas posturas tipológicas de espaço, a novos quadros programáticos, naturalmente promovendo a incorporação do *feedback* da experiência. A lógica pluridisciplinar integra agora não apenas o somatório de “especialidades” a que a lei obriga, mas uma lógica interactiva com duas vertentes que requerem inovação – o plano da relação espaço

interior-exterior (protagonista da vivência e das actividades escolares), construtor de um “espaço publico” com enfoque na valência da Arquitectura Paisagista; e o plano ambiental da racionalidade nas soluções de conforto e utilização racional de energia. E finalmente temos a procura de inovação na abordagem contextual – o significado da abertura da escola à comunidade urbana. O primeiro Concurso de Concepção, para o projecto de 3 novas Escolas situadas na Área Metropolitana de Lisboa, Cascais, Mem Martins e Quinta do Peru, Sesimbra, com 3 situações urbanas periféricas mas distintas, desde a substituição de uma antiga escola numa localização consolidada (Cascais, a uma localização integrada num plano em desenvolvimento (Mem Martins) a uma zona de periferia, num aglomerado periférico de um concelho periférico da AML (Quinta do Peru).

PROCEDIMENTOS AMIGÁVEIS

O concurso, com as características referidas acima, é aberto a equipas pluridisciplinares sob a coordenação dum arquitecto e dele resultará a selecção de 3 equipas por escola, com um prémio monetário e entre as quais se realizará um processo de adjudicação por ajuste directo, segundo a nova lei para Concursos de Concepção nos Contratos Públicos. O novo enquadramento legal obriga, infelizmente, a uma configuração exageradamente orientada pela formulação jurídica dos procedimentos, e pouco orientada pela substância da prática profissional. Frequentemente as entidades que estão envolvidas são levadas a uma postura defensiva, ou pouco amigável. A European, pelo contrário tem uma prática de simplificação (só com ela conseguimos organizar 70 concursos em simultâneos em toda a Europa,

garantindo uma grande abertura à participação de diferentes culturas profissionais). Desta contradição, estamos certos, resultou um procedimento equilibrado: contenção na exigência de elementos pedidos, rápido (pouco mais de 3 meses entre a abertura e a decisão final) e competitivo, pois é preciso tornar os concursos apetecíveis às entidades promotoras em vez de alimentar a ideia de que são caros, complexos, arriscados e demorados. Este concurso, à semelhança dos Concursos European desde há quase dez anos, é gerido nos seus procedimentos através dum site¹.

DOIS CONVITES

Um, à participação. Sabemos como são emotivos os concursos - pela Convicção e pelo esforço posto (na maior parte dos casos, demasiado), qualquer resultado que não o do vencedor é frequentemente gerador de grande desalento. Mas neste caso estamos certos de que há muitos outras formas de compensação, e de valorização, para além das instituídas, que valem a pena. O outro, para a sessão no Passos Manuel no dia 27, onde poderemos obter uma noção mais elaborada do que são os objectivos a atingir.

PEDRO BRANDÃO, SECRETÁRIO GERAL EUROSPAN PORTUGAL

¹ www.europeanportugal.pt, onde se pode obter informação e esclarecimentos sobre o Regulamento, o júri, o calendário, ou sobre os locais/escolas a concurso, permitindo a escolha daquele(s) a que se pretenda concorrer. A inscrição também é feita no site e ali obtêm-se as bases cartográficas e demais elementos de programa específico do(s) local(is) pretendido(s). O login possibilita ainda colocar no site quaisquer dúvidas que não encontre esclarecidas nas FAQ, as quais serão respondidas de forma aberta e simultânea, também no site. A abertura internacional do concurso favorece estas opções.

1 O ESTADO PORTUGUÊS DA ÍNDIA ASPECTOS ARTÍSTICOS

Auditório César Batalha, Galerias Alto da Barra, Oeiras, 09-18h
Colóquio, sobre as gentes e as suas expressões artísticas (arquitECTURA, artes decorativas, música, pintura, entre outras), organizado por Espaço e Memória – Associação Cultural de Oeiras.

Informações
joaquimboiça@gmail.com, Tel. 912 608 720
ruilemos@espacoememoria.org, Tel. 918 753 472
brunogomesdacostagmail.co, Tel. 967 438 441
Inscrições, limitadas à lotação da sala, €45

> 2 HABITAR PORTUGAL 2006/2008

Auditório Infante D. Henrique da APDL, Porto de Leixões, Av. da Liberdade, junto à entrada da Marina, Leça da Palmeira
2ª a 6ª, 16-20h; sábados e domingos, 10-13h e 15-20h
A exposição inicia o seu programa de itinerância nacional.
Preço: 2€
(entrada livre para associados da Casa da Arquitectura)

6 MAIO > 15 JUNHO

CICLO «A MINHA ESCOLA» DOMINGOS TAVARES: MEMÓRIAS, RAZÕES E SENTIDO DE UMA APRENDIZAGEM EM ARQUITECTURA

No âmbito das celebrações dos 20 anos do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

6 MAI Auditório da Faculdade de Direito, Coimbra, 18h
Conferência MEMÓRIAS, pelo Professor Domingos Tavares.

6 MAI Sala de Exposições do Colégio das Artes, Coimbra, 19h
INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO

26 MAI Anfiteatro do Museu da Ciência, Coimbra, 15h
AULA pelo Professor Domingos Tavares

2 JUN Capela do Colégio das Artes, Coimbra, 18h
Mesa redonda ARQUITECTURA ENSINA-SE? com Maria Manuel Oliveira, Luís Soares Carneiro, Pedro Maurício Borges e Jorge Spencer.

Comissário: Domingos Tavares
Organização: Departamento de Arquitectura da FCTUC/Teresa Pais e Gonçalo Canto Moniz



© António Oliva

8 > 9 MAKING OF 2010

O PROCESSO DE CRIAÇÃO NO MUNDO DAS ARTES
Instalações do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Entrecampos, Lisboa

Dois dias para partilhar uma diversidade de ideias e opiniões em vários domínios da criação; uma proposta da associação ALx - Arquitectura de Lisboa, recentemente formada, que envolve estudantes de cursos de Arquitectura de quatro instituições universitárias de Lisboa e procura uma proximidade mais forte entre a arquitectura e os estudantes. Um Ciclo de Conferências com artistas das mais diversas artes, acompanhado por uma Feira de Oportunidades, onde pretendemos mostrar o mundo empresarial e publicitário e uma Exposição.

www.alx.pt

> 15 CICLO «A MINHA ESCOLA»

ALEXANDRE ALVES COSTA: A VIAGEM
Museu da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
Uma exposição “à memória de Fernando Távora”.
Comissário: Alexandre Alves Costa
Organização: Departamento de Arquitectura da FCTUC

17 EM TRÂNSITO #031 BRÁSILIA, UMA HISTÓRIA POR SYLVIA FICHER

Sala 2, Casa da Música, 22h
Brasília, que celebra este ano o cinquentenário da sua inauguração, é a síntese de um longo processo de maturação e debate. A arquitectura de Lucio Costa e Oscar Niemeyer consolidou a forma base da cidade e fixou-a no imaginário do mundo inteiro como imagem da modernidade e síntese do século XX. Esta conferência fará uma revisão desse processo de construção da cidade e apresentará pistas para a compreensão do debate em torno de Brasília contemporânea. Sylvia Ficher é arquitecta pela Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Mestre em Preservação Histórica pela Columbia University (Nova Iorque), Doutora em História pela FFLCH/USP, com pós-doutoramento em Sociologia pela École des Hautes Études em Sciences Sociales (Paris). Professora na Universidade de Brasília, é autora de *Arquitetura Moderna Brasileira* (co-autoria com Marlene Milan Acayaba; 1982), *GuiArquitetura Brasília* (co-autoria com Geraldo Nogueira Batista; 2000) e *Os Arquitectos da Poli* (2005).
Organização: OA-SRN/Norte 41°
Patrocínio: AXA Seguros
Parceria: Casa da Música; Escola de Arquitectura da Universidade do Minho

19 O ENSINO DO URBANISMO E DO ORDENAMENTO. NOVAS PERSPECTIVAS

Anfiteatro do Complexo Interdisciplinar, Instituto Superior Técnico, Avenida Rovisco Pais, Lisboa, 09h-18h30
Um seminário que pretende proporcionar uma reflexão sobre o ensino do Urbanismo no contexto da contemporaneidade e sobre as mais formas mais adequadas de se operacionalizar na construção da cidade e do território. Organizado pela Coordenação do Mestrado em Urbanismo e Ordenamento do Território (IST), destina-se a todos os que, de um modo ou de outro intervêm na produção do espaço urbano, membros de organismos governamentais ou autarquias, estudantes das áreas da Arquitectura, Urbanismo, Engenharia etc., e a todos aqueles a quem o exercício da cidadania impõe uma participação crítica e reflexiva sobre o espaço da cidade.

Informações
Patrícia, Tel. 218 418 305.
Inscrições
Docentes ou Profissionais, €50; Alunos: entrada livre
www.civil.ist.utl.pt/cesur/seuot.html

TERÇAS TÉCNICAS

KÖMMERLING JANELA COMO A CHAVE PARA O CUMPRIMENTO DO RCCTE

17 MAI Casa do Infante – Arquivo Histórico Municipal, Rua da Alfândega, 10 (zona ribeirinha), Porto, 18h30
18 MAI Auditório da Sede da Ordem dos Arquitectos, Travessa do Carvalho 23, Lisboa, 18h30
28 MAI Museu da Luz, Rua Casa da Luz 2, Funchal, 10h

AUGUSTO GUIMARÃES & IRMÃO TENDÊNCIAS ARQUITECTÓNICAS DE FACHADAS FACHADAS TRANSLÚCIDAS LEXAN THERMOCLICK FACHADAS VENTILADAS PERSPECTIVES TRESPA

25 MAI Casa do Infante – Arquivo Histórico Municipal, Rua da Alfândega, 10 (zona ribeirinha), Porto, 18h30
31 MAI Auditório da Sede da Ordem dos Arquitectos, Travessa do Carvalho 23, Lisboa, 18h30

27 MAIO SEMINÁRIO L. ENA 69 UMA LEITURA DO ENCONTRO NACIONAL DE ARQUITECTOS DE 1969: ETAPA DE UM PERCURSO

Sala de seminários do Centro de Estudos Sociais, Coimbra
Entre 6 e 8 de Dezembro de 1969 teve lugar, em Lisboa, o *Encontro Nacional de Arquitectos de 1969* (ENA1969), no final de um ano em que as eleições legislativas – promovidas pelo regime – transportaram os portugueses da ilusão à desilusão no Marcelismo. O debate dos problemas da sociedade portuguesa ao longo do período que antecedeu as eleições, abrangeu temas centrais no debate arquitectónico português desde o final da II Grande Guerra, nomeadamente o desenvolvimento territorial, a cidade e habitação; proposto por um conjunto de arquitectos, autónomo do Sindicato Nacional, o ENA1969 tinha como objectivo pensar o contributo da classe para este novo ambiente. Grupos de Trabalho auto-organizados ao longo do ano de 1969 propuseram e discutiram os cinco temas então debatidos: “Sindicalismo”, “Politica de Solo”, “A repercussão na actividade do arquitecto das actuais estruturas da sociedade portuguesa e a sua intervenção nessas estruturas”, “Participação popular e trabalho do arquitecto no desenvolvimento urbano” e “A comunicação como contestação” (um sexto tema “Arquitetura e Burocracia” é integrado no primeiro). Para alguns poderá sido também o “Encontro” um momento de desilusão, quer pela incapacidade da assembleia aprovar “Conclusões” quer pela constatação da existência de uma divisão entre profissionais – patrões e assalariados – até então irrelevante, para outros terá sido um momento de maior importância na arquitectura portuguesa por marcar o regresso do debate político à profissão e ter sido o ponto de partida para outras formas de actuação. Passados quarenta anos sobre o ENA 69, este Seminário propõe uma leitura do então sucedido e suas consequências através de um conjunto de comunicações com distintas abordagens ao tema sendo organizado em três sessões e uma mesa redonda.

PROGRAMA

SESSÃO 1 <i>Espanha e Portugal, a Arquitectura no final das ditaduras</i> Alexandre Alves Costa (FAUP/DARQ), moderador António Pizza (ETSAB) José António Bandeirinha (DARQ/CES)	SESSÃO 3 <i>O Encontro e os seus participantes</i> Mário Krüger (DARQ/CES), moderador Gonçalo Canto Moniz (DARQ/CES) João Afonso (FAUP)
---	--

SESSÃO 2 <i>Contexto, Arquitectura e Sociedade na transição de 1960 para 1970</i> Domingos Tavares (FAUP/DARQ), moderador Jorge Figueira (DARQ/CES) Rui Bebiano (FLUC/CES) Miguel Cardina (CES)	MESA REDONDA Ana Tostões (OA, IST), moderadora Raul Hestnes Ferreira, Manuel Vicente, Manuel Nicolau Brandão, Francisco Silva Dias (a confirmar)
---	---

Inscrições:
Centro de Estudos Sociais, www.ces.uc.pt
Rita Oliveira, Tel. 239 855 570, ritakacia@ces.uc.pt
Organização: Núcleo de Arquitectura e Urbanismo e Núcleo de Estudos Culturais Comparados do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e Ordem dos Arquitectos
Coordenador: José António Bandeirinha
Apoio: Fundação para a Ciência e Tecnologia
Créditos para efeitos de Admissão na Ordem dos Arquitectos



© An. 3, Fev. 1982, p. 69

A NORTE

Miguel Nery [responsável de formação]
Bárbara Belo [coordenação de formação]
Tel. 222 074 258
formacao.continua@oasrn.org
FORMULÁRIOS DE INSCRIÇÃO E OUTRAS INFORMAÇÕES
EM WWW.OASRN.ORG > FORMAÇÃO

CICLO DE FORMAÇÃO CONSTRUIR EM...

ABRIL > DEZEMBRO
A OA-SRN organiza o ciclo de formação “Construir em...” inserido num programa multicultural que contempla um conjunto de eventos que se realizarão no mesmo período e que conta com a Coordenação Científica dos Arquitectos José Gigante e Nuno Valentim Lopes.

O ciclo tem como objectivo promover uma abordagem aos temas da construção de edifícios, abrangente e multidisciplinar, procurando abarcar os principais materiais e sistemas construtivos utilizados em Portugal, convidando projectistas, construtores, técnicos e fabricantes a transmitirem o seu conhecimento e ponto de vista sobre cada material.

16 > 17 ABRIL E 8 MAIO
C1: CONSTRUIR EM BETÃO
18 > 19 JUNHO E 3 JULHO
C2: CONSTRUIR EM VIDRO
8 > 9 E 16 OUTUBRO
C3: CONSTRUIR EM TIJOLO
29 > 30 OUTUBRO E 6 NOVEMBRO
C4: CONSTRUIR EM PEDRA
19 > 20 E 27 NOVEMBRO
C5: CONSTRUIR EM METAL
10, 11 E 18 DEZEMBRO
C6: CONSTRUIR EM MADEIRA

As sessões técnicas são desenvolvidas por empresas convidadas para apresentar tecnologias e produtos existentes no mercado relacionados com cada tema. Vários formadores e projectistas convidados cujos percursos profissionais são unanimemente reconhecidos irão partilhar os seus conhecimentos e as experiências mais relevantes nos domínios da construção de edifícios abrangente e multidisciplinar, entre os quais se destacam os Arquitectos Álvaro Siza Vieira, João Álvaro Rocha, Nuno Brandão Costa, Graça Correia e Roberto Ragazzi, Camilo Rebelo, Tiago Pimentel, Paulo Providência, Carlos Veloso, José Fernando Gonçalves, Fernando Martins e João Santa Rita.

O ciclo decorre no Palácio das Artes – Fábrica de Talentos, equipamento cultural da Fundação da Juventude, no Largo de São Domingos n.º 16-22, no centro histórico do Porto.

Mais informações www.oasrn.org/construirem



CENTENÁRIO
FRANCISCO

KEIL
DO
AMARAL

O ARQUITECTO E O HOMEM
OU A ARQUITECTURA E A VIDA

Arquitecto, mas também cidadão
interveniante, Keil do Amaral
lutou pela divulgação e reflexão
dos problemas da arquitectura.
Da escala do planeamento à da
arquitectura e do pormenor do
mobiliário, as suas realizações
atestam um profissional
competente, sério, realista
e uma figura fundamental
no quadro da arquitectura
portuguesa do século XX.

28 DE ABRIL

Auditório da Sede Nacional da Ordem dos Arquitectos

15h00

SESSÃO DE ABERTURA

Arq. João Belo Rodeia, Presidente da Ordem dos Arquitectos

Dr. Rui Vilar, Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian

Dr. António Valdemar, Presidente da Academia Nacional

de Belas Artes

Representante da Câmara Municipal de Lisboa

(a confirmar)

Arq. Francisco Pires Heil do Amaral

CONFERÊNCIAS E MESA REDONDA

Ana Tostões, Raul Hestnes Ferreira, Sérgio Fernandez,

Susana Lobo, Francisco Silva Dias, Carlos Carvalho Dias

LANÇAMENTO DE

A MODERNA ARQUITECTURA HOLANDESA

Edição fac-simile

Editora Argumentum/Ordem dos Arquitectos

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

No final será servido um Porto de Honra



COSENTINO e ROCA são
Patrocinadores Platina 2010
do programa de actividades da OA

1910-1975